



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Movimentos Sociais e Serviço Social

Sub-eixo: Serviço Social e Movimentos Sociais: pesquisa teórica e profissional

FORÇA, RAÇA E GANA: MULHERES NO MOVIMENTO DE LUTA POR MORADIA EM FORTALEZA

VIRGINIA MÁRCIA ASSUNÇÃO VIANA¹

ERCILIA MARIA MENDONÇA MAIA²

LUZ ELENA DOS SANTOS MARIN³

RESUMO

Este artigo busca analisar as lutas e conquistas dos movimentos sociais por moradia popular em Fortaleza nas vivências, experiências, estudos e pesquisas na UECE. A luta de classes na força das mulheres marca territórios de vida e organização sócio-política junto à Ocupação Comuna 17 de Abril, Comunidade Aldaci Barbosa e Residencial Cidade Jardim Fortaleza II como resistência na capital cearense.

Palavras-chave: Mulheres em Luta. Movimento de Moradia Popular em Fortaleza.

SUMMARY

This article seeks to analyze the struggles and achievements of social movements for popular housing in Fortaleza in the experiences, experiences, studies and research at UECE. The class struggle in the strength of women marks territories of life and socio political organization along with Ocupação Comuna 17 de Abril, Comunidade Aldacir Barbosa, Residencial Cidade Jardim Fortaleza II and Lagamar in the capital of Ceará.

Keywords: Women in Struggle. Popular Housing Movement in Fortaleza.

1. INTRODUÇÃO

A construção desse artigo é resultado de estudos e pesquisas em projetos de

¹ Universidade Estadual do Ceará

² Universidade Estadual do Ceará

³ Universidade Estadual do Ceará



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

iniciação científica e de extensão através do Laboratório de Seguridade Social e Serviço Social – LASSOSS e Laboratório de Estudos e Pesquisa em Serviço Social – LAPESS, na Universidade Estadual do Ceará – UECE.

Das vivências com as mulheres no processo das lutas por moradia popular em Fortaleza destacamos três movimentos de mobilização e organização de luta por moradia popular em Fortaleza a partir dos anos 2010, a Ocupação Comuna 17 de Abril, a Comunidade Aldaci Barbosa e o Residencial Cidade Jardim Fortaleza II. A dimensão de Fortaleza ser reconhecida como cidade sede de megaeventos internacionais de futebol pela FIFA, a Copa das Confederações, em 2013, e a Copa do Mundo, em 2014, é uma característica que perpassa esses movimentos de luta, considerando que a exigência do capital internacional por projetos de mobilidade urbana atravessou com crueldade essas comunidades em áreas de interesse dos especuladores imobiliários. Seja por despejos e expulsão de suas moradias para passagem do Veículo Leve sobre Trilhos - VLT, como é a situação da Comunidade Aldaci Barbosa, ou pela construção de projetos de habitação com aglomeração excessiva de famílias em condições precárias de instalação e sem infraestrutura de serviços públicos suficientes, como é o caso do Residencial Cidade Jardim Fortaleza I e II, conquistado pela Ocupação Comuna 17 de Abril.

A ocupação Comuna 17 de Abril ocorreu no período de 2010 a 2014, no bairro do José Walter, na regional V, em Fortaleza. A condução político-administrativa da cidade estava fundada na gestão do Partido dos Trabalhadores, com a prefeita Luizianne Lins, e do governador Cid Gomes, do Partido Socialista Brasileiro, à época. A metrópole Fortaleza apresentava um déficit habitacional de 123,4 mil habitações, num percentual de 10,9% das unidades habitacionais no município (IPLANFOR, 2016), com grandes ocupações já consolidadas desde pelo menos trinta anos atrás.

Todo esse contexto interferiu na organização dos movimentos sociais – Movimento das/os Trabalhadoras/es Rurais - MST, Movimento dos Conselhos Populares - MCP e Unidade Classista – UC, nas lutas e resistência de quatrocentas famílias, que em 17 de abril de 2010 ocuparam a gleba, Sítio São Jorge, ao lado do Conjunto José Walter e, no dia seguinte, passaram a ser mais de mil famílias, até conquistarem as moradias em 2014. A denominação da Ocupação Comuna 17 de Abril vem em memória ao acontecimento histórico do Massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, na região Norte do Brasil, em 17 de Abril de 1996, onde 21 trabalhadores e militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem-terra – MST foram assassinado pela Polícia Militar daquele Estado, crime até hoje impune. A Comuna



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

marca, também, a unidade dos movimentos do campo e da cidade, numa estratégia de enfrentamento à concentração de terras improdutivas nos latifúndios rurais e urbanos, sendo o dia 17 de Abril o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária.

O Comitê Popular da Copa de Fortaleza⁴ e/ou o Movimento de Luta em Defesa da Moradia (MLDM²), que começou a se organizar em meados de 2010 foi a forma de organização das comunidades atravessadas pelo trilho na cidade e continua sendo uma grande expressão da resistência na luta por moradia popular, consolidada na Frente de Luta por Moradia Digna – FLMD, que participa do Plano Diretor Participativo – PDFor na defesa de uma cidade mais justa, democrática e menos desigual, disputando com as corporações imobiliárias que especulam a cidade palmo a palmo, em especial nos territórios centrais e da orla marítima de Fortaleza, onde se localizam muitas favelas e comunidades de baixa renda, com moradias precárias e, em sua maioria, com famílias de mães solas. O cenário é da luta de classes, a dimensão da raça e gênero demarcam as formas desiguais, injustas e opressoras da sociabilidade contemporânea na capital cearense, que contrasta suas belezas naturais à força criminosa da especulação e dominação burguesa imobiliária articulada às milícias e facções do tráfico de drogas e de armas.

2. OCUPAÇÃO COMUNA 17 DE ABRIL EM FORTALEZA: força produtiva de mulheres na luta por moradia popular.

Na intenção de refletir sobre experiências vividas como momentos de formação educativa movidos pela capacidade de mobilização, organização, lutas e resistências coletivas em torno da moradia analisaremos a Comuna 17 de Abril com a compreensão que *“moradia é mais que moradia”*⁴. Destacamos das experiências vividas, em especial, a das mulheres nos momentos de organização nos núcleos de bairros mobilizados pelo Movimento dos Conselhos Populares – MCP, desde 2004 na periferia de Fortaleza, e nos primeiros anos

⁴ Caldart (2012) destaca em seus textos essas afirmações, que a princípio parecem trocadilho de palavras, mas revelam a ênfase necessária que substantiva a essência para além do que parece ser e não no sentido restrito, mas com o significado histórico construído. Como: *“escola é mais que escola”*; *“movimento da pedagogia e a pedagogia do movimento”*; e, *“terra é mais do que terra”*, numa referência poética a Dom Pedro Casaldáliga, que não se sabe como explicar, só se entende. Dom Casaldáliga foi um grande incentivador da Comissão Pastoral da Terra, criada em 1975, como modalidade de enfrentamento às ameaças e perseguições dos latifundiários aos povos da Amazônia - índios, posseiros e peões.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

da Ocupação, de 2010 a 2012 com a constituição dos pólos e coordenações responsáveis⁵, onde se desenvolveram mais intensamente os projetos produtivos até a entrega das casas, em dezembro de 2014⁶.

Vale evidenciar que a articulação campo-cidade na Comuna 17 de Abril vivenciou a *Pedagogia do MST* como caminho mais marcante na organização político pedagógica e social da ocupação, que dialoga com as ideias de Henri Lefebvre (1969; 1999) e Caldart (2012).

A denominação movimento campo-cidade adotada por Henri Lefebvre defende a lógica dialética e problematiza o uso do termo “rural-urbano”, pois considera ser uma análise reducionista, que não consegue revelar contradições e peculiaridades do cotidiano da sociabilidade capitalista. Destacamos nesta temática as obras de Lefebvre, *De lo Rural a lo Urbano* (1969) e *O Direito à Cidade e a Revolução Urbana* (1999).

Lefebvre (1969) destaca o fato de que, na industrialização, o interesse da burguesia, representada pelos empresários, já não se limita à riqueza imobiliária, mas à produção agrícola sob o domínio dos capitalistas urbanos, que agrega o comércio, as negociações bancárias e a rentabilidade financeira, incitando uma rede de convivência entre as cidades pela divisão técnica, social e política. Toda infraestrutura de portos, vias fluviais e de acesso por estradas e ferrovias é dirigida pelos interesses dos empresários com intenção de centralizar o poder. Assim, uma cidade se sobrepõe às outras – como capital.

Vale destacar, no texto de Lefebvre (1969), a ênfase na rebeldia da classe trabalhadora, de raiz campesina e proletária, em Paris no século XIX, depois de 1848, em especial com a Comuna de Paris, como enfatizei no início deste texto. O domínio da burguesia francesa em Paris construiu uma periferia camponesa com operários, antigos artesãos, morando em “pardieiros” ou em casas de aluguel das pessoas mais abastadas. Assim, “[...] os operários ameaçavam os novos ricos, perigo que se torna evidente nas jornadas de junho de 1848 e que a Comuna confirmará (...) uma estratégia

⁵ A organização das famílias na Comuna 17 de Abril ocorreu em pólos e núcleos. Dos núcleos elegiam as equipes de coordenadores/as dos pólos, com dois ou três militantes das entidades envolvidas e, em mesmo número, moradores vindos das famílias ocupadas em cada um dos cinco Pólos. Aproximadamente nesta fase da ocupação foram 35 coordenadores/as, dos quais 20 provenientes das famílias e 15 dos militantes das entidades organizadoras envolvidas.

⁶ A entrega das casas do Residencial Cidade Jardim foi feita por etapas e as 400 famílias da Ocupação Comuna 17 de Abril receberam suas casas em dezembro de 2014. Os anos de 2013 e 2014 foram marcados pela organização das atividades políticas fora da Ocupação, ora articuladas no projeto de extensão na Universidade Estadual do Ceará – UECE, ora articuladas aos atos públicos nas ruas e/ou espaços públicos, ora nas instituições envolvidas com o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV no processo de cadastramento e análise de dossiês das famílias junto à Secretaria das Cidades do Estado do Ceará e Caixa Econômica Federal, assim como a Secretaria de Infra-Estrutura e de Educação da Prefeitura Municipal de Fortaleza entre outros órgãos públicos.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

de realidade, com sua vida própria (...) não a 'vida parisiense' mas a vida urbana da capital".
(LEFEBVRE, 1969, p. 20).

[...] a consciência da cidade e da realidade urbana se esfuma tanto nuns como noutros, até desaparecer. A destruição prática e teórica (ideológica) da cidade não pode aliás ser feita sem deixar um vazio enorme. (...) Para a análise crítica, o vazio importa menos que a situação conflitante caracterizada pelo fim da cidade e pela ampliação da sociedade urbana, mutilada, deteriorada, porém real. Os subúrbios são urbanos, numa morfologia dissociada, império da separação e da cisão entre os elementos daquilo que foi criado como unidade e simultaneidade. (LEFEBVRE, 1969, p. 25).

É interessante perceber que há um fio de unidade na luta pela democracia no espaço urbano, na "urbanidade", sintonizando a Comuna de Paris à memória dos enfrentamentos da classe trabalhadora, mesmo com a distância do tempo histórico. A vivência da Comuna 17 de Abril em Fortaleza, estruturalmente diferenciada nas condições históricas e de identidade da classe trabalhadora, estabeleceu seu confronto com a burguesia cearense, que defende a propriedade privada como concentração de capital, onde os vazios urbanos reúnem cada vez mais valor e poder à classe dominante.

A dimensão educativa dos movimentos sociais confirma para Caldart (2012) três aprendizados da pedagogia da luta. O primeiro, e norteador principal, que nada nos deve parecer impossível de mudar, que encontra eco em Freire (1997), quando defende a ideia que ensinar traz a exigência de acreditar na mudança como possível. O segundo é aprender a produzir utopias, pôr o olhar a pressentir um futuro que está em construção no processo da vida presente, que sem modelos definidos constrói parâmetros sociais e humanos no exercício da vida cotidiana em ocupação, acampamento e assentamento. O terceiro revela a necessidade de projetar esse futuro prenhe de expectativas para a vida e o mundo. E, no quarto aprendizado, a convicção de que tudo pode ser diferente do momento atual, do que é.

Das cinco matrizes da Pedagogia do Movimento⁷ por (CALDART, 2012), neste artigo pretendemos destacar a Pedagogia da Organização Coletiva na relação com as vivências da Comuna 17 de Abril, tendo como referência a intervenção das mulheres trabalhadoras no processo de organização, construção e resistência nas lutas por moradia em Fortaleza.

⁷ As matrizes da Pedagogia do Movimento para a autora: 1ª) *Pedagogia da luta social*; 2ª) *Pedagogia da organização coletiva*, do MST na *coletividade em movimento*, construindo sua educação; 3ª) *Pedagogia da terra*, da educação na relação com a terra e o trabalho nela produzido; 4ª) *Pedagogia da cultura*, educação cultivada no *modo de vida* do Movimento; e, 5ª) *Pedagogia da História*, de como se educa enquanto cultiva a memória dos Movimentos na história. (CALDART, 2012)



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Na *Pedagogia da organização coletiva*, o princípio educativo é o próprio coletivo organizado, e mais, é gestado em ações organizadas no coletivo “[...] os sem terra se educam à medida que se organizam para lutar e se educam também por tomar parte em uma organização que lhes é anterior, quando considerados como pessoa ou família específica”. (P.347).

A grande matriz de organização do MST é a própria ocupação, pois nela acontece a formação que vem da vivência coletiva, da desobediência civil, seja no campo ou cidade, pois o princípio educativo está na ocupação, na coletividade. Ponto destacado por Caldart (2012) nessa matriz diz respeito ao enraizamento como pressuposto da formação humana, considerando que a organização das famílias em coletivos ocorre num momento em já vem sofrendo uma crescente perda de suas raízes.

Dos depoimentos de pessoas que fizeram a ocupação Comuna, a queixa maior mencionada foi com o dispêndio no aluguel e as condições precárias de vida, principalmente entre a alimentação e a moradia. Isso revela constantes mudanças de endereço e a sensação de estar sendo “engolido pela casa”, num “desenraizamento” imposto pelas condições concretas de sobrevivência.

Assim, se organizar em núcleos comunitários era a oportunidade de demandar a partir do Movimento dos Conselhos Populares – MCP em Fortaleza, suas necessidades, antes e depois da Comuna. No Orçamento Participativo em Fortaleza - OP, desde a sua primeira fase em 2005 as lutas por moradia eram as mais expressivas. A habitação, após a saúde, foi a segunda área com maior previsão de investimento do OP em 2012.

Na Pedagogia da Organização Coletiva há uma formação da identidade coletiva vinda de cada um/a e em relação às outras pessoas, pois há uma disciplina coletiva que é respeitada. Há outras características que Caldart expressa em relação à intrínseca marca familiar, que faz a luta, pois “[...] o projeto educativo do MST *não separa as gerações* (...) uma característica marcante da sociedade capitalista urbanizada é exatamente a ênfase nessa separação das gerações”. (2012, p.350).

A observação de conflitos na convivência da Ocupação Comuna é analisada no depoimento que segue como uma confirmação dessa diferença significativa, entre ocupação na cidade quando é planejada e, em muitos momentos, concretizada, na maioria, pelas mulheres e filhos menores - diferentemente das famílias camponesas, que se organizam e seguem juntas desde o início das ações.

[...] o povo não gosta de reunião, o povo gosta de ação. Como o MST,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

que estuda um tempo como é que seria, estuda um tempo porque tem uma região pra estudar e ocupar. Aqui tem um canto pra atividade produtiva, tem apoio da sociedade, igreja, sindicatos, rádio e não sei o que, e aqui tem gente sem-terra que topa. E aí vão e decidem fazer a ocupação naquela região. Tem toda uma noção do terreno e aí vão lá, por exemplo, vê como vai sair. Eles começam a reunir e já vão organizar a estrutura, o último passo que é se reunir, vão se reunir, organizar os passos que vai ser, quem e aí já começa a enraizar ali, parte da militância do movimento vai tomar cafezinho fazer visita e ir pras festas, onde tiver a gente e gente organizada vai conversar pra fazer amizade, já pra vê com quem vai contar. O último passo é fazer reunião pra dizer pro povo: nós vamos fazer reunião pra gente ocupar. Aí eles fazem num curto espaço de tempo três a cinco reuniões e no dia diz o seguinte, vai você, sua família seu cachorro suas coisas e seu tudo. Você vai com tudo, você tem que apostar tudo que você tem na ocupação. Tem que ir apostando tudo, tudo ou nada. Tá tudo aqui, as que concordam vão e as que não concordam ficam. E se reuni e afirma, a família vai decidida a vencer. Tem que dá tempo porque a família tá decidindo com tudo. Esse é o modelo de ocupação do MST, né. A gente achava que era preciso fazer um longo trabalho de base de reuniões, de antes, como a gente já vinha fazendo no Montese e no Vila Velha pra fazer uma separação de quem tá ali com oportunismo, quem não tá. Conhecer as famílias, não sei o que, pra depois ocupar e aí a gente tinha um problema que é: a gente já conhece a mãe de família, a gente não sabe quem é o marido dela, a gente não sabe quem são os filhos dela. Mas quando tiver lá morando eles vão aparecer, vão os maridos e os filhos e aí? Tem que pensar nisso. O MST tem uma grande vantagem que é trabalhar com núcleos de famílias, eles fazem núcleos de famílias. Eles não reúnem pessoas, mas a gente achava que tinha que ter um trabalho com as famílias mas não de ser de três a cinco reuniões, mas de onze reuniões. E aí a gente ocupa e no dia da ocupação, nos primeiros dias, O MST ficou muito impressionado como as famílias, que eram fechadas com a gente, como o trabalho de base era bem feito. Mais no Vila Velha, porque a gente tinha feito muitas manifestações, tinha muita confiança. (VIANA, 2018, P. 232).

Gramsci (2014) pode também ser retomado na discussão do coletivo como princípio educativo, tendo em vista enfatizar que, na escola unitária, se iniciam as relações entre trabalho intelectual e industrial, entre a vida e a cultura, tanto na escola quanto na vida social. Assim, menciona que a academia deveria se tornar a organização cultural que cria, sistematiza e se expande intelectualmente, propondo ser um campo de encontro entre o trabalho profissional e o intelectual.

A discussão da coletividade é fundante no olhar sobre a Comuna 17 de Abril, como é o *jeito de ser* do MST, e isso direcionou todas as atividades de produção estabelecidas na Ocupação. As dificuldades de manter essas frentes de trabalho produtivo



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

coletivamente encontraram o limite do nível do *enraizamento* do coletivo da Comuna, como revela uma entrevistada de 2016, denominada Dandara.

Eu comecei a militar no Movimento sem-terra desde que eu acampeei em 1996. De todos os cursos que participei o que mais me formou, mais me capacitou na passagem que eu fiz, foi a passagem na Comuna 17 de Abril. [...] e nessa preparação foi muito bom, porque nós não temos costume de lidar com pessoas drogadas, pessoas viciadas, essas coisas todas das pessoas perderem o gosto pela vida, essas questões e a Comuna ela nos trouxe muito pra conhecer essa realidade e foi um aprendizado. Nos primeiros dias quando eu fiquei na Comuna eu me agoniava por que, por exemplo, quando você falava as mulheres, as pessoas, pensavam que você era inimiga. É diferente no campo, quando eu faço uma ocupação eu já sei, o inimigo é o fazendeiro, aqui nós somos companheiros. Tinha que falar, a gente tem o foco, aqui não. Aqui quando a gente entrou o inimigo era quem tava disputando o mesmo espaço que eu, e aí isso pra nós foi um choque. Mas a reação dela foi tão assim, que eu me assustei, poxa, uma coisa que não acontece no campo. Foi um processo muito intenso de conviver com o povo que foi expropriado de tudo. (VIANA, 2018, p. 236)

Damasceno (2005) enfatiza, também, sobre a divisão de tarefas nas organizações dos movimentos sociais, que os camponeses e os operários, trabalhadores urbanos sofrem a expropriação do capital e são por ele antagonizados. Com a “modernização conservadora”, se vai renovando e perpetuando as formas de exploração da classe trabalhadora, seja no campo ou cidade, quando se mantém a estrutura fundiária vigente, de propriedade latifundiária, mesmo com algumas mudanças no contexto social, numa vertente atualmente, conhecida como agronegócio. A luta fundamental dos “camponeses trabalhadores sociais” no âmbito do MST é contra a expropriação da terra, seja contra os posseiros e/ou parceiros e as condições impostas para sua sobrevivência como meeiros, fazendo continuar a expropriação capitalista.

O depoimento de uma das mulheres acampadas, que denominamos Dandara, traz uma avaliação e certo lamento, que a história redefine nos desafios cotidianos, e ao mesmo tempo confere a centralidade que a formação política assume para o MST.

[...] nós pecamos de certa forma com a formação política que gerou uma outra, porque nós não tivemos militantes suficientes para cobrir bem essa tarefa os últimos períodos. O descuido nosso de não ter militante, de se deslocar do campo, dentro disso acarretou pro campo o que acarretou. De ter se descuidado um pouco de ser militante, de ter se afastado um pouco. Deu brecha pra que acontecesse o que aconteceu. De ter dividido, de ter entrado a história do tráfico (...) De fato aconteceu o nós queríamos, que é de ter acesso as famílias. Pras quatrocentas famílias, as casas. Não foi como a gente queria como agroecológica só pras quatrocentas famílias, que era como nós



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

queríamos pra Comuna. E eu acho que isso, não sei se é pelo fato de eu ser (do setor) da produção ficou meio frustrante pra mim. E mesmo as pessoas tendo conseguido as casas todo mundo tá nas suas casas e tá bem. É no meu ponto de vista nós saímos perdendo meio frustada, porque a gente não implementou essa experiência de agricultura urbana. (VIANA, 2018, p. 241)

Na dinâmica da cidade, a sociabilidade centrada no trabalho assume um caráter individualizante muito mais denso, embora seja uma das marcas mais invasivas do capitalismo contemporâneo em qualquer esfera da vida social. E isso se confirma nas análises de Caldart (2012), em sintonia com o debate de Freire (2011) sobre a condição de oprimido, e do processo da educação estabelecido nas novas relações sociais e de trabalho, em especial, na efervescência das lutas sociais.

Assim, aconteceu com a Bodega Vitória Coletiva como a primeira iniciativa quando as famílias tomaram a decisão de construir suas casas provisórias, mesmo que com restos de materiais de construção e ainda de maneira improvisada, mas sentindo a necessidade de terem o próprio espaço familiar. Nela se vendia a preço de custo a alimentação comprada em larga quantidade para que todos pudessem ter uma melhor comida à mesa por um preço mais acessível. As dificuldades de organização de uma equipe responsável e de se estabelecer regras definidas e respeitadas por todo o grupo contribuiu para Bodega não permanecer aberta por muito tempo.

Houve, também, uma horta comunitária, mas não resistiu à necessidade de água, adubo e de pessoas que se dedicassem a sua manutenção. Outra iniciativa mais estruturante foi a cooperativa de costura, assim identificada, embora sem ter sido legalizada como uma cooperativa produtiva, contou com cinco a dez máquinas industriais adquiridas mediante os projetos de qualificação profissional da Prefeitura de Fortaleza e a venda das peças de confecção tinha a renda revestida a todo/as e para a aquisição de material e confecção de novas peças de roupas.

A Cooperativa foi uma das atividades coletivas mais estáveis da Comuna e funcionou até 2013 com a saída de parte das famílias para o início da construção do residencial. Por “ordens do tráfico”, saquearam o galpão da Cooperativa e derrubaram a Ciranda. As máquinas, aviamentos e materiais de costura desapareceram. Se desfez ali a oportunidade do trabalho e sustento coletivo das famílias envolvidas na costura, e, também, se fez necessário tomar a iniciativa de proteção do grupo ameaçado por meio da saída das famílias da Ocupação.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O tráfico em Fortaleza tem articulações estreitadas com os interesses do grande capital na área imobiliária, onde os territórios periféricos da cidade são disputados com base na imagem de territórios violentos, perigosos e onde o crime é socialmente aceito. Com isso a especulação imobiliária dos capitalistas da construção civil e imobiliárias garante o afastamento, cada vez mais, da classe trabalhadora dos espaços mais centrais, com melhor infraestrutura na cidade, e, assim, incorporam mais valor de troca à terra e terrenos urbanos. A criminalização da pobreza e dos movimentos sociais que defendem os direitos humanos, então, continuam descaracterizados pela mídia, punidos e reprimidos no curso da sociedade brasileira no contexto capitalista periférico, desigual, desumano e irracional, como numa “barbárie social”.

3. A LUTA DAS COMUNIDADES IMPACTADAS PELO VLT FORTALEZA.

Nas últimas décadas, as cidades vêm passando por um intenso processo de mudanças, em especial a partir da década de 1970 com o fim do Estado de Bem Estar Social (*Welfare State*) e a flexibilização do trabalho (MARICATO, 2015). A transformação das cidades em mercadoria e a corrida das gestões municipais para receber megaeventos, como a Copa do Mundo FIFA, os Jogos Olímpicos de Verão e de Inverno, Pan Americanos entre outros. O Brasil recebeu nas duas primeiras décadas do século XXI, vários desses megaeventos, como o Pan Americano Rio 2007, a Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos Rio 2016.

Para Mascarenhas (2014).

Os megaeventos esportivos se definem por um conjunto de competições periódicas, geralmente quadrienais e que abrangem eventos de alcance planetário, tais como os Jogos Olímpicos de Verão, os Jogos Olímpicos de Inverno e a Copa do Mundo de Futebol Masculino e eventos de alcance regional/continental, como os Jogos Pan-americanos, os Jogos Asiáticos, os Jogos da Comunidade (Britânica), a Eurocopa (futebol) e, em menor grau, os Jogos Africanos. Tais eventos vêm apresentando há décadas crescimento constante e elevada capacidade de impactar as cidades onde são realizados. Ao mesmo tempo em que atraem recursos e investimentos, mobilizam capital simbólico e geram focos de resistência social.
(MASCARENHAS, 2014, p. 54)

No Brasil a preparação para a Copa FIFA 2014, foi usada como pretexto para a realização de diversos projetos de mobilidade urbana nas cidades subsede e a remoção de milhares de famílias (Martins, 2014; Simões, 2014). Em 2009, Fortaleza foi eleita como



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

subsede da Copa e as três esferas de governo (Municipal, Estadual e Federal), começaram o processo de negociações para a elaboração da Matriz de Responsabilidade para a preparação da cidade. Entre as obras planejadas, estava o Veículo Leve sobre Trilhos – VLT, um novo modal de transporte público ferroviário sobre a responsabilidade da Metrofor, e vem sendo implementada na linha férrea do Ramal Parangaba-Mucuripe, que por décadas foi usada para o transporte de cargas.

Mas, desde a década de 1960, milhares de famílias foram se instalando e construindo suas moradias nas margens da linha férrea e formaram as conhecidas comunidades dos trilhos, que a partir de 2010 passaram a ser ameaçados de remoção por causa da obra do VLT. (MAIA, 2016)

Em meio a ameaça em remoção, os moradores das comunidades optaram por se organizarem e resistiram, se organizando através do Comitê Popular da Copa de Fortaleza e/ou o Movimento de Luta em Defesa da Moradia (MLDM²), que começou a se organizar em meados de 2010. Relacionamos a resistência das comunidades dos trilhos, com a necessidade que historicamente moradores de assentamentos precários das cidades, possuem de lutar para terem melhores condições de vida e acesso às políticas sociais. (MAIA, 2023)

Diversas vitórias podem ser registradas como resultado direto da pressão exercida por articulações de resistência [em Fortaleza], [...]. As ações de formação, de mobilização, os atos nas ruas, a articulação com parlamentares de esquerda, a produção de material de contra-informação, a incidência em audiências e outros debates públicos, todo esse repertório causou mudanças nas propostas governamentais, levando a, concretamente, uma diminuição no número de atingidos. (PINHEIRO, 2015, p. 136).

Através da organização, luta e resistência, às comunidades dos trilhos conseguiram algumas importantes vitórias, como a mudança no projeto do VLT que reduziu o número de famílias removidas, o aumento nos valores das indenizações, a proposta de 6 conjuntos habitacionais próximos às comunidades, que até agosto de 2024, a Secretaria das Cidades construiu apenas o Residencial Alto da Paz, no bairro Vicente Pinzón, em Fortaleza, que foi entregue no segundo semestre de 2022.

Mas, as famílias que permaneceram sobrevivem diariamente com impactos negativos, entre eles: o adoecimento mental e físico durante e após a execução da obra; a grande quantidade de entulhos das casas removidas; a construção dos muros de contenção que no caso da Comunidade Aldaci Barbosa impactou sua organização comunitária; e casas rachadas possivelmente devido a obra.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Apesar dos diversos impactos negativos e o descaso do Governo do Estado com as comunidades, as mesmas continuam resistindo e lutando para que os acordos feitos sejam cumpridos.

Em julho de 2024, fez 10 anos que Fortaleza recebeu os jogos da Copa 2014 e como forma de chamar atenção para os impactos que o megaevento ainda causa em centenas de pessoas, que a Frente de Luta por Moradia Digna, juntamente com Jubileu Sul, o Movimento dos Conselhos Populares, e outras instituições construíram o *Seminário "O legado da Copa: 10 anos de violações, lutas e resistências"*, que aconteceu no dia 20 de junho de 2024, no Anfiteatro da Faculdade de Direito da UFC, com o debate sobre "Copa da resistência: a luta pelo direito à moradia", apresentado por Lúcia Pereira – Moradora removida da Comunidade João XXIII, Terezinha Fernandes – Moradora removida da Comunidade Rio Pardo e moradora do Residencial Alto da Paz, e Jaqueline Silva – Moradora da Lagamar. Outro tema foi sobre "Pesquisas e incidência política das moradoras impactadas e estratégias para o futuro da luta popular", com Cássia Sales – Moradora removida da Comunidade Trilha do Senhor, Adriana Gerônimo – Ex-moradora do Lagamar e Vereadora de Fortaleza, e Ercília Maia – moradora da Comunidade Aldaci Barbosa e mestrandia em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará – UECE.

A configuração das mesas de debate do seminário e o processo de luta diária, deixa claro que essa é e sempre foi uma luta organizada e mantida por mulheres que há mais de uma década entregam suas vidas para manter suas comunidades. A luta das comunidades impactadas pelo VLT, continua até que cada família removida tenha o seu apartamento entregue, que cada casa rachada seja reformada pela Secretaria de Infraestrutura do Ceará.

4. RESIDENCIAL CIDADE JARDIM II FRUTO DA LUTA E DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

A luta por moradia no Residencial Cidade Jardim II desencadeou uma significativa rede entre os bairros de Fortaleza, que fortaleceu os movimentos sociais principalmente os urbanos em torno de uma pauta concreta material e também extremamente política.

O processo organizativo teve a metodologia de divisão territorial através de quatro núcleos organizados nos seguintes bairros: Conjunto Ceará; Serrinha; Pirambu e Palmeiras. Os núcleos combinados abrangiam militantes de vinte territórios de Fortaleza, advindos dos bairros Serrinha, Itaperi, Canindezinho, Parque Santa Rosa, Vila Manuel Sátiro, Bom Sucesso, Pantanal, Barroso, Palmeiras, Pirambu, Conjunto Ceará, Pajuçara, Barra do Ceará,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Centro, Planalto Ayrton Senna, Bom Jardim, Lagamar, Granja Portugal, Vila Pery e José Walter, já organizados a partir da Ocupação Comuna 17 de Abril em núcleos comunitários.

O perfil dos integrantes dos núcleos referiam-se a famílias advindas de bairros das periferias de Fortaleza, compostas por pessoas de baixa renda e que em sua maioria dependiam de regimes contratuais de aluguéis sociais ou convencionais para custear as suas moradias. Outro cenário comum se refere a famílias que dividiam a casa com outras pessoas ou outras famílias.

A concepção dos novos movimentos sociais foi se construindo a partir da crítica ao modelo clássico marxista, diversos movimentos ainda asseguram em suas práticas contribuições diretas do pensamento marxista em especial a compreensão da práxis, “ação política do movimento social”.

É fundamental essas organizações da sociedade civil que incidem de maneira coletiva e organizada nas contradições do sistema. Alguns exemplos, como: o movimento sindical, movimentos do campo, movimento estudantil, os movimentos feministas, movimentos ambientalistas, movimentos democráticos, dentre outros.

Os movimentos sociais que estão na mobilização de famílias são instrumentos da classe trabalhadora, que tem objetivos de organização popular para a luta por direitos e também de construção de força política para o processo de transformação social (VIANA, 2018).

A organização das famílias do RCJ II passou a ser mais sistemática e as reuniões semanais dos núcleos envolviam 160 famílias para um processo de formação política e ideológica com os mais variados temas conjunturais como a questão energética no Brasil, debatido pelo MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens, questão agrária no Brasil, conjuntura política da atualidade, pois estávamos em meio ao processo de golpe no Brasil contra a presidenta Dilma foram temas centrais. Outros assuntos foram identificados com o decorrer do tempo, como: o debate de gênero e feminismo já que os núcleos eram majoritariamente mulheres. Esse foi um momento muito importante para o fortalecimento das companheiras na luta por moradia.

Além da formação política diversificada e próxima da realidade, os núcleos eram organizados na dimensão da luta, replicação do tripé organizativo; organização, formação e luta; de diversos movimentos sociais do campo popular, como: MST, Levante Popular da Juventude, MTD, MAB. Assim, entender que não eram apenas a pauta das suas moradias que estava ameaçada, mas sim um projeto de país, uma forma de governo que mantinha a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

população mais empobrecida como prioridade.

Vemos que é inviável pensar as políticas públicas sem ter como referência os movimentos sociais, pois a forma como muitas vezes elas são construídas tem uma intencionalidade de fortalecer projetos que não fortalecem a organização popular e a formação da consciência, chegando até a serem negadas e deixarem de ser defendidas como direitos sociais por usuários/as.

Hoje somos limitados na organização do território, temos militantes morando lá, mas não atuando por diversas variantes, dentre elas o crime organizado, a falta de trabalho e renda dos territórios, até mesmo o próprio formato das moradias verticais que fortalecem o individualismo na sociabilidade, e a própria repressão dos órgãos do Estado do Ceará e do poder público municipal.

Desde o início utamos pela água, pelo transporte público, pela escola e pela creche, lutamos para construir ações coletivas de cultura e distribuição de cesta básica a quem mais precisava. A própria população constrói uma rede de empreendedorismo para suprir as necessidades.

Visualizar essa conquista é saber que tudo foi fruto de muita luta, dá muito orgulho ver aquele mar de moradias, ter a consciência que só tenho minha casa por conta da luta, da política pública e organização dos movimentos sociais.

As principais ausências que sentimos ao chegar no Residencial Cidade Jardim II foram trabalho e renda, mobilidade, educação e saúde, que são estruturais para a população, mas também coisas simples como água e dificuldade de acesso a serviços públicos como ter a identificação do CEP da rua, eram grandes desafios. O direito à moradia como expressão da questão social é uma das mais relevantes para as classes trabalhadoras que se soma à falta de diversos outros direitos humanos.

Ainda mais, o crime organizado limita nossa atuação quanto à organização popular, desta forma tomamos uma decisão política de não atuar no território. A violência policial contra a população, o crime arregimentando para seus interesses e a polícia matando em resposta coercitiva dificultou muito a organização de atividades coletivas. O crime organizado sufoca as outras formas organizativas, inclusive os movimentos sociais, disputando sua base social, principalmente da juventude.

As famílias ao chegarem no território não tiveram acesso a diversas políticas públicas, dessa forma, surgiram demandas a partir das necessidades por: mobilidade, escola, água, dentre outras. Nossa intervenção prioritária se dava através das reuniões dos núcleos



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

de moradia, espaço onde as famílias se reuniam para debater temas relevantes da conjuntura e formação política de base, como feminismo, combate ao racismo e LGBTQIA+ fobia, questão urbana, questão energética etc.

As igrejas evangélicas e a associação do bairro que foram assumindo esse papel de acolher a comunidade de uma forma mais coletiva, com abordagens parecidas com a dos movimentos, mas sem caráter de formação no contexto da luta de classes. A associação usou outra metodologia de trabalho, como o “Festival Concreto” que realizou uma atividade de embelezamento de arte de rua no residencial com grandes pinturas nos prédios.

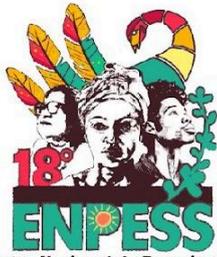
Esse conjunto de desafios aponta a necessidade de aprofundarmos os estudos e o método de organização popular para os centros urbanos, a complexidade do cotidiano urbano, os desafios da disputa dos sujeitos seja pelo mercado de trabalho, pelas organizações criminosas, fica colocado para os movimentos sociais a capacidade de se reinventar, se adequando na forma e método do trabalho de base, sem perder seus horizontes estratégicos de construção de força popular consciente e organizada para manter em pauta as demandas do território, pois a história ensina que a única saída para a classe trabalhadora e a luta coletiva.

CONSIDERAÇÕES

As vivências que foram socializadas resultaram de movimentos de lutas por moradia popular em Fortaleza, na Ocupação Comuna 17 de Abril, Comunidade Aldaci Barbosa e Residencial Cidade Jardim II.

Os estudos e pesquisas do LASSOSS e LAPESS evidenciam que a necessidade imediata de sobrevivência e condições mais dignas de vida, que passa pelo direito à moradia, e o direito à ter direito à cidade de Fortaleza é uma luta enfrentadas por mulheres que organizam núcleos comunitários, estão nas instâncias de coordenação das entidades e espaços de organização dos movimentos, a exemplo das mulheres que estiveram na direção da maioria dos pólos de núcleos da Ocupação Comuna 17 de Abril, que estavam nas ações sócio-políticas e culturais no Residencial Cidade Jardim Fortaleza II, no Comitê Popular da Copa de Fortaleza e no Movimento de Luta em defesa da Moradia.

Atualmente a Frente de Luta por Moradia Digna é um espaço de organização das comunidades de Fortaleza, do campo popular, que são atingidas e ameaçadas pelo capital imobiliária que incrementa a especulação imobiliária em Fortaleza, ela estão em sua maioria, as mulheres na luta. No Plano Diretor Participativo de Fortaleza, que vem passando por uma



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

redefinição, onde os índices de aproveitamento do espaço urbano e as conquistas das zonas ambientais, zonas de interesse social são incrementos ao fortalecimento do segmento da construção civil, são as mulheres da periferia que estão nas reuniões e consolidando propostas com as assessorias de arquitetura e urbanismo popular na luta incessante por direito a sobrevivência de suas famílias, raça, força e gana vinda de nossas ancestrais.

REFERÊNCIAS

CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem-terra*. 4 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

DAMASCENO, Maria Nobre. *Pedagogia do Engajamento: trabalho, prática educativa e consciência do campesinato*. Fortaleza: Edições UFC/ Stylus Comunicações, 2005. FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Volume 2. Os intelectuais. O princípio Educativo. Jornalismo. Caderno 12 (1932). 7ª Ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2014.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999. LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Trad. T. C. Netto. São Paulo: Documentos, 1969. MAIA, Maria Ercilia M.

Comunidade Adacir Barbosa em Fortaleza: organização, lutas e resistência pelo direito de morar. 2016. Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social. Universidade Estadual do Ceará, 2016.

MAIA, Maria Ercilia M. *VLT Fortaleza: Reflexões sobre os 12 anos resistência das Comunidades dos Trilhos frente à ameaça de remoção*. In: LOPES, Cinthia Fonseca; CRUZ, Erivânia Bernardino (Org). *VI Jornada Potere: direitos sociais e serviço social: o serviço social na luta por direitos*. Fortaleza, CE | Editora: Socialis Editora, 2023, p. 310- 317.

MARICATO, Ermínia. *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARTINS, Raphael Martins de. *Reestruturação do espaço urbano: o papel dos megaeventos e a luta pelo direito à cidade*. *Revista PRAIA VERMELHA*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 43-67, Jan-Jun/2014.

MASCARENHAS, Gilmar. *Cidade mercadoria, cidade-vitrine, cidade turística: a espetacularização do urbano nos megaeventos esportivos*. *Caderno Virtual de Turismo*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 1; novembro, 2014, p. 52-65.

PINHEIRO, Valéria. *A luta coletiva pelo direito à cidade no contexto dos megaeventos em Fortaleza-Ceará*. 2014. 177f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014. VIANA, Virginia M. Assunção.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

PEDAGOGIA DA OCUPAÇÃO: formação nas lutas e resistências da Comuna 17 de Abril em Fortaleza. Tese Doutorado PPGE/UFC, 2018.